

As eleições legislativas de 1921 no Alentejo¹

The 1921 legislative elections in the Alentejo

Les élections législatives de 1921 dans l'Alentejo

Las elecciones legislativas de 1921 en Alentejo

Manuel Baiôa
CIDEHUS, Universidade de Évora
manuelbaioa@hotmail.com

Resumo: O presente estudo incide sobre as eleições legislativas de 1921 ocorridas nos seis círculos eleitorais do Alentejo. Aborda os tópicos referentes à contextualização política, à escolha dos candidatos a deputados, a campanha eleitoral, o clientelismo, os acordos e as fraudes eleitorais. Apresenta ainda uma revisão dos resultados eleitorais do Alentejo, demarcando-se dos números seguidos pela historiografia portuguesa.

Palavras-chave: Eleições, clientelismo, I República, Alentejo.

Abstract: This study focuses on the 1922 legislative elections that took place in the six electoral districts of the Alentejo (Portugal). It addresses topics related to political contextualization, the choice of candidates for deputies, the electoral campaign, clientelism, electoral fraud and agreements. It also presents a review of the electoral results of the Alentejo, moving away from the numbers followed by Portuguese historiography.

Keywords: Elections, clientelism, 1st Republic, Alentejo.

Résumé: La présente étude se concentre sur les élections législatives de 1921 qui ont eu lieu dans les six circonscriptions de l'Alentejo (Portugal). Il aborde des sujets liés au contexte politique, au choix des candidats aux députés, à la campagne électorale, au clientélisme, aux accords et à la fraude électorale. Il nous présente également une révision des résultats électoraux de l'Alentejo, s'éloigner les chiffres suivis par l'historiographie portugaise.

Mots-clés: élections, clientélisme, 1ère République, Alentejo.

Resumen: El presente estudio se centra en las elecciones legislativas de 1921 que tuvieron lugar en los seis distritos electorales del Alentejo (Portugal). Aborda temas relacionados con el contexto político, la elección de candidatos a diputados, la campaña electoral, el clientelismo, los acuerdos y fraudes electorales. Además, presenta una revisión de los resultados electorales del Alentejo, que los desvincula de las cifras seguidas por la historiografía portuguesa.

Palabras clave: elecciones, clientelismo, primera República, Alentejo

Introdução

O presente artigo incide sobre as eleições legislativas para a Câmara dos Deputados ocorridas em 1921 nos seis círculos do Alentejo (Portalegre, Elvas, Estremoz, Évora, Beja e Aljustrel). Abordamos a contextualização política; o processo

¹ Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do projeto UIDB/00057/2020.

que levava à escolha dos candidatos a deputados; a campanha eleitoral; os acordos, as fraudes e as irregularidades ocorridas nos atos eleitorais; e finalmente a análise dos resultados eleitorais. Como complemento, em anexo, apresentam-se os quadros com os resultados eleitorais. Não iremos abordar o tópico referente à legislação eleitoral, que já tem sido amplamente explorado (Almeida, 1998 e 2014; Lopes, 2011 e 2013; Pereira, 2014).

Os estudos sobre as eleições legislativas da I República de Oliveira Marques (1978: 589-644; 1980: 126-128) foram pioneiros e os resultados finais apurados para cada uma das eleições continuam a ser usados por toda a historiografia portuguesa. Contudo, conhecem-se várias imprecisões, fruto da dificuldade em identificar a orientação política de alguns deputados, e por esses resultados terem sido obtidos principalmente com recurso a fontes da imprensa, que não incorporaram alterações ocorridas nas comissões de verificação de poderes. Ainda assim, continuamos a usar neste estudo os resultados nacionais das eleições legislativas de 1921 propostos por Oliveira Marques (1980: 128), pois para estas eleições ainda não foi apresentada uma revisão dos mesmos, como já ocorreu para as eleições de 1918 (Silva, 2006, II: 177) e 1925 (Queiroz, 2010: 63-94; Baiôa, 2015: 309). Já em relação aos resultados eleitorais dos seis círculos do Alentejo, apresentamos neste estudo uma nova proposta com base nas fontes depositadas no Arquivo Histórico Parlamentar.

As eleições legislativas da I República não têm sido objeto de muitos estudos de carácter regional e local (Serra, 1987; Menezes, 1992; Queirós, 2003; Cruz, 2007; Sequeira, 2014; Queiroz, 2015). Contudo, estas investigações são fundamentais para conhecer o processo político e os candidatos num contexto específico e singular. Para o Alentejo existem alguns trabalhos que abordam fugazmente esta temática (Silva, 1996; Baiôa, 1997 e 2000; Almeida, 1997; Faustino, 1997; Piçarra, 2010; Piçarra & Pinto 2010; Bernardo, 2013) onde se destacam os roteiros republicanos dedicados a Portalegre (Ventura, 2010), Évora (Matos, Bernardo & Rodrigues, 2010) e Beja (Piçarra & Mateus, 2010). Recentemente foram publicados dois estudos sobre as eleições legislativas de 1922 e 1925 no Alentejo, que têm uma estrutura semelhante à abordada neste artigo (Baiôa 2020; Baiôa 2021). Todavia, não existe nenhum estudo sistemático sobre as diversas eleições legislativas ocorridas durante a I República no Alentejo. Ainda assim, os dados apurados demonstram alguma singularidade desta região, com

uma afirmação precoce do Partido Republicano Português, ainda durante o período monárquico. Após a implantação da República o PRP manteve-se como partido dominante, ainda que no Baixo Alentejo tivesse de disputar a liderança com a União Republicana e no Alto Alentejo com o Partido Republicano Evolucionista. O Sidonismo e o pós-guerra contribuíram para uma afirmação das forças políticas conservadoras alentejanas ligadas aos meios agrários e às associações patronais, embora o PRP continuasse a liderar o sistema político.

As principais fontes arquivísticas utilizadas neste estudo foram as depositadas no Arquivo Histórico Parlamentar onde se encontra toda a documentação oficial das eleições legislativas. O que não significa que espelhe o que realmente se passou, já que as fraudes e falsificações não foram exclusivas das assembleias eleitorais. Verificaram-se também nas próprias comissões de verificação de poderes. Mas eram estas que proclamavam os deputados eleitos.

Teria sido muito importante identificar arquivos privados que retratassem os bastidores das eleições, com as negociações, os acordos e as fraudes. No entanto, para além do Fundo Tomé José de Barros Queirós e do Arquivo António Lino Neto utilizados neste estudo, não conseguimos encontrar para o Alentejo este tipo de arquivos, conforme já foram identificados para outras regiões (Queirós, 2008: 115-116; Baiôa, 2015: 291-317). Recorreu-se, pois, à imprensa nacional e regional e às memórias identificadas nas fontes e na bibliografia para obter o máximo de informações sobre estes tópicos, de modo a cruzá-los com as fontes oficiais.

1. O contexto político

A IV legislatura (29.5.1919 a 1.6.1921) revelou-se a mais instável da I República. Uma série de fatores contribuíram para que o Parlamento se tornasse num local onde deputados e senadores obstaculizavam o normal funcionamento do poder executivo, o que levou à formação de dez governos. Embora as eleições de 11 de maio de 1919 tivessem ditado uma nova maioria absoluta para o Partido Republicano Português (PRP) e uma perspetiva de alguma estabilidade política, a situação rapidamente se alterou. As forças republicanas conservadoras chegaram a um entendimento em outubro de 1919 no sentido de formarem o Partido Republicano Liberal (PRL) que aglutinava o Partido Republicano Evolucionista, a União Republicana, o Partido Centrista Republicano e a

Conjunção Republicana da Beira. A constituição do PRL abria a esperança de o regime republicano encontrar uma solução de alternância pacífica dentro do quadro constitucional entre o PRP e o PRL (Leal, 2008: 50-85).

Este período também ficou marcado por indefinições na liderança, conflitos internos e dissidências dentro do PRP. Por um lado, havia diferenças ideológicas profundas a nível interno, como ficou patente na revisão constitucional de 1919 e, por outro lado, a falta de coesão do grupo parlamentar acarretava um fraco apoio aos governos do PRP. Assim, em março/abril de 1920, dezanove deputados e dez senadores, liderados por Álvaro de Castro, abandonaram o PRP e formaram o Grupo Republicano de Reconstituição Nacional, mais tarde transformando em Partido Republicano de Reconstituição Nacional (PRRN). Alguns meses mais tarde, este partido conseguiu criar um grupo parlamentar constituindo por trinta e três deputados e dez senadores. Simultaneamente houve mais duas cisões temporárias dentro do PRP. A primeira foi liderada por Domingos Leite Pereira, que formou um grupo dissidente no Parlamento em novembro de 1920, embora já estivesse em guerra aberta com a facção maioritária liderada por António Maria da Silva desde o ano anterior. A segunda surgiu no Porto, no início de janeiro de 1921, denominada Núcleo Republicano Regionalista do Norte. Estes dois grupos eram reduzidos. E mais circunscritos ficaram quando a maioria dos seus membros decidiu regressar ao PRP no final de 1921, no rescaldo da “Noite Sangrenta” e do fracasso eleitoral nas eleições legislativas desse ano (Silva, 1996: 36-51; Queirós, 2008: 30-42; Leal, 2014: 150-197).

Com estas cisões, o PRP perdeu a maioria absoluta na Câmara dos Deputados desde março de 1920 e o país deixou de ter um partido que suportasse executivos sólidos. O Presidente da República viu-se obrigado a nomear governos de concentração ou minoritários que tiveram vida curta. Entre março de 1920 e maio de 1921 formaram-se oito governos com as mais variadas combinações. Acompanhando parte significativa da opinião pública, muitos políticos consideravam que a única solução passava pela dissolução do Congresso.

A facção maioritária do PRP, liderada por António Maria da Silva, estava empenhada na dissolução parlamentar para tentar obter uma nova maioria parlamentar, esmagando as cisões nas urnas e na mesa das negociações. As futuras eleições permitiriam ainda renovar o seu grupo parlamentar, tornando-o mais coeso. O PRL

Manuel Baiôa – *As eleições legislativas de 1921 no Alentejo*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 173-201. DOI: https://10.21747/0871164X/hist11_1a9

também estava interessado na dissolução. A sua estratégia passava por persuadir o Presidente da República (oriundo da sua área política) a nomear um governo liberal e a dissolver simultaneamente as Câmaras. Assim, poderia “fazer” as eleições de forma a obter uma maioria parlamentar que lhe permitisse suportar um governo consistente.

À margem dos partidos e doutros agrupamentos políticos, a GNR e algumas forças militares lideradas por republicanos radicais próximos de Liberato Pinto revoltaram-se a 21 de maio de 1921, a pretexto de uma alegada conspiração que colocaria Bernardino Machado na chefia do Estado e Álvaro de Castro na chefia do governo. Invocaram ainda outras razões, como a transferência de oficiais e a proposta de remodelação da GNR, pelo que exigiam a demissão do governo e a dissolução parlamentar. O governo encontrava-se profundamente fragilizado e a sua falta de coesão já tinha levado à demissão de alguns ministros (*Diário de Lisboa*, 27.5.1921, p. 1; Silva, 1996: 20-55; Leal, 2008: 47-102; Baiôa, 2014: 1-14).

O Presidente da República, António José de Almeida, demitiu o governo presidido por Bernardino Machado e convidou Tomé de Barros Queiroz, líder do PRL para formar governo, com a promessa de que o Parlamento seria dissolvido após consulta ao Conselho Parlamentar e se realizariam novas eleições. O Presidente da República cumpriu a promessa e dissolveu as Câmaras no dia 1 de junho de 1921 e marcou eleições legislativas para o dia 10 de julho.

2. As candidaturas apresentadas no Alentejo

O Partido Republicano Liberal começou a preparar estas eleições desde o Ministério do Interior, nomeando os seus notáveis para os cargos de governador civil e administrador do concelho. O PRL estabeleceu acordos pré-eleitorais preferencialmente com o PRP em vários círculos para a distribuição dos votos e dos mandatos, embora também tenha feito acordos com os católicos e com o grupo dissidente do PRP liderado por Domingos Leite Pereira, pelo que alguns dias antes das eleições já muitos previam certamente o resultado final das mesmas (*A Capital*, 1.1.1921, p. 1). Estas negociações foram estabelecidas não só entre os diretórios dos partidos, mas também entre candidatos, governadores civis e notáveis individualmente, havendo por isso alguns acordos sem lógica ideológica, prevalecendo unicamente a distribuição de

lugares e de poder. A tática política revelava-se nestes casos mais forte do que as doutrinas.

No interior do PRL as negociações foram muito duras para a distribuição dos candidatos pelas listas, principalmente dentro da corrente unionista e evolucionista que se acusavam mutuamente de todo o tipo de tropelias, havendo também quem discordasse dos acordos firmados com o PRP².

No Alentejo o PRL decidiu disputar as maiorias em todos os círculos. No conjunto, apresentou 12 candidatos (dois em cada um dos círculos que elegiam três deputados). O PRP apresentou dez candidatos, disputando as maiorias em todos os círculos, com exceção do círculo de Estremoz e do círculo de Elvas, onde apenas disputou as minorias (um candidato em cada um destes círculos). O PRP teve o apoio de algumas estruturas locais do Partido Socialista Português, pois este partido não apresentou candidatos no Alentejo. Por sua vez, o Partido Republicano de Reconstituição Nacional apresentou sete candidatos, não concorrendo nos círculos de Portalegre e Elvas. Este novo partido apresentava-se com maior solidez no distrito de Évora, já que alguns dos antigos líderes do PRP tinham seguido Álvaro de Castro, como os parlamentares Alberto Jordão Marques da Costa, José Nunes Nascimento e João Xavier Camarate Campos. O antigo Centro Democrático de Évora e o jornal eborense *Democracia do Sul* também acompanharam a cisão, pelo que passaram a apoiar os reconstituíntes (*Democracia do Sul*, 21.03.1920, p. 1; *idem*, 11.04.1920, p. 2). Quanto à Causa Monárquica/Partido Monárquico, disputou as maiorias em Elvas e as minorias em Portalegre e Évora, embora os seus candidatos aparecessem, por vezes, “disfarçados em regionalistas [...] e outras designações”, segundo a acusação d’ *A Plebe*. (26.6.1921, p. 1). Concorreram ainda a Federação Nacional Republicana (Aljustrel e Portalegre), o Centro Católico Português (Portalegre), o Partido Republicano Popular (Elvas) e os Regionalistas (Beja), que apresentaram apenas um candidato nos círculos referidos.

As escolhas dos candidatos passaram quase sempre por uma negociação entre as estruturas locais e os diretórios dos partidos, havendo por vezes fortes diferendos entre estas duas estruturas. No entanto, em 1921 não transpareceram grandes querelas para as escolhas dos parlamentares alentejanos, ainda que alguns jornais criticassem as

² Cf., Arquivo Nacional Torre do Tombo, *Fundo Tomé José de Barros Queirós* (FTJBQ), Caixa 5; *Democracia do Sul*, 28.6.1921, p. 1.

Manuel Baiôa – *As eleições legislativas de 1921 no Alentejo*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 173-201. DOI: https://10.21747/0871164X/hist11_1a9

candidaturas estranhas à região transtagana, como era o caso dos liberais Mário Soares Duque, João Marques Vidal, José Gomes de Carvalho de Sousa Varela e José do Vale de Matos Cid e do reconstituente António Maria Eurico Alberto Fiel Xavier (*O Districto de Portalegre*, 19.6.1921, p. 2; *idem*, 26.6.1921, p. 1).

Seguindo os procedimentos constantes na lei orgânica do PRL, os órgãos locais deste partido sancionaram por unanimidade os nomes indicados pelo Diretório para se candidatarem a deputados pelos círculos de Beja e Estremoz (*O Bejense*, 23.06.1921, p. 1). Ainda assim, o jornal afeto ao PRP avançou que os nomes propostos pelo PRL no distrito de Évora tinham sido impostos pelo governador civil (*O Democrático*, 12.06.1921, p. 1).

No dia 22 de junho de 1921 reuniram as comissões municipais do círculo de Estremoz para indicarem os candidatos do PRP por aquele círculo. A escolha recaiu no coronel Ernesto Maria Vieira da Rocha (*O Democrático*, 26.06.1921, p. 1). No distrito de Beja, o PRP atraiu algumas famílias tradicionais de grandes proprietários que lhe garantiam um número significativo de votos. Nesse sentido, apresentou como candidatos a deputados dois filhos de antigos notáveis locais nobilitados no século XIX do Partido Regenerador e do Partido Progressista: José Joaquim Gomes de Vilhena³, candidato a deputado pelo círculo de Aljustrel, que era filho de José Joaquim Gomes de Vilhena⁴ (Visconde de Ferreira do Alentejo), e Paulo Limpo de Lacerda⁵, candidato a deputado pelo círculo de Beja, que era filho de Manuel Quaresma Limpo Pereira de Lacerda⁶ (Visconde de Altas Moras).

3. Os acordos eleitorais

Os partidos estabeleciam vários tipos de acordos eleitorais com as outras forças partidárias. Aqueles que podemos considerar lícitos, passavam por apoiar candidatos de

³ Ver nota 57.

⁴ Proprietário (Santa Clara de Louredo, Beja, 03/10/1844 – Ferreira do Alentejo, 27/12/1925). Visconde de Ferreira do Alentejo (decreto d’El-Rei D. Luís I, de 12.3.1885). Bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, foi presidente da Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo, seu Juiz substituto e Par do Reino eletivo. Foi o chefe local do Partido Regenerador (Ameixa, 2018: 163-177).

⁵ Ver nota 51.

⁶ Proprietário (Moura, 1841 - ?). Após comprar a Herdade das Altas Moras foi titulado pelo Rei D. Luís, de Visconde de Altas Moras (26 de fevereiro de 1875). Era bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra e foi Juiz substituto de Direito da Comarca de Moura. Foi presidente da Câmara Municipal de Moura em representação do Partido Progressista entre 1887 e 1889 (Trindade, 1997: 113, 151 e 220; Finha, 2010: 13).

Manuel Baiôa – *As eleições legislativas de 1921 no Alentejo*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 173-201. DOI: https://10.21747/0871164X/hist11_1a9

outras forças políticas, ou então, estabeleciam um acordo no sentido de o boletim de voto conter dois candidatos de partidos diferentes, para assim poderem receber os votos dos eleitores dos dois partidos. Podia ainda haver acordos ilícitos com a combinação prévia dos resultados finais das eleições nalguns círculos ou concelhos, conforme já ficou demonstrado em estudos anteriores (Queirós, 2008: 115-116; Baiôa, 2015: 291-317). Na prática, no dia das eleições havia uma fraude generalizada nestes locais, pois elaborava-se apenas uma ata com o resultado que tinha sido previamente combinado (Lopes, 1994: 147-148). Nas eleições de 1921 foi amplamente difundido na imprensa o acordo estabelecido entre monárquicos, democráticos e reconstituintes nalguns concelhos do círculo de Aveiro, como Águeda e Sever do Vouga. O acordo foi assinado pelos caciques dos partidos quatro dias antes das eleições e estabelecia o resultado final das mesmas, dispensando a realização do ato eleitoral (*O Districto de Portalegre*, 24.7.1921, p. 1; Silva, 1997: 66). Há ainda indícios de conluio entre membros de diversos partidos em Felgueiras, Fafe, Guimarães, Constância e Celorico de Basto (Lopes, 1994: 153).

Nestas eleições identificamos indícios de acordos lícitos em alguns círculos do Alentejo. Nos círculos de Évora e Estremoz, o PRL e o PRP estabeleceram um entendimento. O PRP disputava as maiorias em Évora e as minorias em Estremoz e o PRL disputava as minorias em Évora e as maiorias em Estremoz. Este acordo visava particularmente os reconstituintes, tentando afastá-los da eleição de deputados (*Democracia do Sul*, 2.12.1921, p. 1-2).

O padre João Neves Correia⁷ informou António Lino Neto (líder do Centro Católico Português e candidato a deputado por Portalegre) deste acordo entre o PRP e o

⁷ João Neves Correia (Fratel, Vila Velha de Ródão, 22/03/1878 – Évora, 08/12/1953). Tornou-se pároco da aldeia de Barbacena (Elvas) em 8 de outubro de 1906. Na qualidade de presidente da Junta de Paróquia iniciou um processo judicial em 1907, em nome de vários habitantes de Barbacena, que tinham direitos de origem medieval para cultivar algumas herdades de Alfredo de Andrade e do seu filho, Rui de Andrade (candidato a deputado pelas listas monárquicas no círculo de Elvas em 1921). O “caso de Barbacena” apaixonou a opinião pública, pois punha em confronto os direitos sobre a terra de uma família aristocrática, face ao “domínio útil” de várias famílias de humildes seareiros. O processo judicial decorreu entre 1907 e 1915, tendo João Neves Correia contratado o advogado António Lino Neto (candidato a deputado pelo CCP no círculo de Portalegre em 1921). Durante o decurso do processo judicial ocorreram vários atos de violência entre as partes. O processo judicial terminaria no dia 20 de janeiro de 1915 com uma sentença favorável às pretensões da família Andrade por parte do Supremo Tribunal. O padre João Neves Correia passou a residir em Évora desde 11 de outubro de 1916, sendo professor do Seminário (Correia, 2013: 7-132).

PRL e do apoio que o Centro Católico poderia dar a alguns partidos, uma vez que não apresentava candidatos próprios nestes círculos:

“O Círculo de Évora que dá pela maioria 2 deputados e 1 pela minoria, encontra-se bastante dividido para o próximo acto eleitoral. Por acordo entre democráticos e liberais, disputam os primeiros as maiorias e os segundos as minorias, dando-se a inversa no Círculo de Estremoz, tendo em conta as forças eleitorais de que ambos dispõem nos dois círculos. Neste de Évora entram em luta igualmente monárquicos e reconstituintes com os nomes dos Srs. Drs. Cunhal e Jordão, reitor do liceu e antigo deputado, os quais contam boa influência. O acto, pois, será renhido e problemático o seu resultado. A votação do Centro, que não pode ainda ser grande por falta de organização e propaganda, não podia ir para os candidatos democráticos por extremistas, para o reconstituente pelas suas afinidades e tendências sectaristas, restando-nos os candidatos liberal e monárquico. Do primeiro ainda se não sabe o nome e o último, que V.^a Ex.^a bem conhece, parece-nos não haver dúvida que não se recusará a defender e aprovar todas as nossas reclamações. Por tal motivo, o nosso Presidente propôs que a ele não exigíssemos o compromisso por escrito, apesar da orientação que pareceu predominar na reunião do dia 12. Posteriormente pessoa altamente colocada e que tinha o direito de o fazer expôs a necessidade de reclamar o compromisso escrito e lembrou que, para evitar melindres, isso se fizesse por meio dessa Comissão Central, para o que se avisaria V.^a Ex.^a”⁸

Portanto, os católicos de Évora inclinavam-se para não dar o seu apoio aos democráticos e reconstituintes. Já entre liberais e monárquicos, escolhiam estes últimos.

No entanto, ficava ainda a dúvida se deviam estabelecer um compromisso por escrito.

Noutros círculos os católicos negociaram com os liberais, chegando a acordo em alguns deles. D. José Alves Mattoso, Bispo da Guarda, escreveu a António Lino Neto para o informar do seguinte:

“O António Mantas, deputado liberal, natural desta cidade, disse ao Sr. Bispo de Beja, que muito deseja o acordo com o Centro no Círculo da Guarda. Ele e o seu partido têm aqui pequena votação, mas [...] estão no Governo e o Governador Civil é criatura sua.

A meu ver, liberais e Centro unidos ganhavam a maioria, mas não poderão tirar a minoria aos democráticos. Querirá o Governo deixar um deputado ao Centro e contentar-se com outro? Talvez não. Mas quer-me parecer que os liberais sós, sem o auxílio doutro partido, nem a minoria terão segura”⁹.

Contudo, em Portalegre a relação dos católicos com os liberais foi distinta. Neste círculo foi estabelecido um acordo entre liberais e democráticos, tendo como objetivo central afastar os monárquicos e os católicos do Parlamento. A hierarquia católica do

⁸ Carta dirigida a António Lino Neto, datada em Évora a 26.6.1921. Universidade Católica Portuguesa, *Arquivo António Lino Neto*, Cx. 21, mç. 4, doc. 50.

⁹ Carta datada em 6.6.1921, Universidade Católica Portuguesa, *Arquivo António Lino Neto*, cx. 21, mç. 4, doc. 15.

Manuel Baiôa – *As eleições legislativas de 1921 no Alentejo*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 173-201. DOI: https://10.21747/0871164X/hist11_1a9

Alentejo mobilizou-se e desdobrou-se em contactos para estabelecer vários tipos de acordos eleitorais para proteger os interesses dos católicos. Entre os mais ativos estiveram o monsenhor Joaquim José da Silva de Portalegre, o arcebispo coadjutor de Évora, D. Manuel Mendes da Conceição Santos e o padre João Neves Correia. Em Portalegre, onde os católicos apresentaram o seu líder nacional, António Lino Neto, estabeleceu-se um acordo após difíceis negociações com José Adriano Pequito Rebelo, monárquico da facção integralista¹⁰. Este acordo foi muito criticado nos meios governamentais liberais que inicialmente incentivaram a candidatura de António Lino Neto e até lhe propuseram estabelecer um acordo para o seu nome vir no boletim de voto com o candidato do PRL. O monsenhor Joaquim José da Silva advertiu António Lino Neto do seguinte:

“Fui informado de que o G. Civil recebera uma carta do Ministro do Interior mandando que o teu nome fosse votado pelos governamentais, porque precisava absolutamente de ti no parlamento, e que foram expedidas circulares para os diferentes concelhos, transmitindo esta ordem. Não sei se isto será um bem ou um mal. Afigura-se-me que a proteção do governo vai arreigar a suspeita de muitos de que tu és republicano que pode prejudicar-te de futura e até ao Centro. [...] Bom era que o acordo com o governo ficasse inteiramente secreto, mas não julgo isso possível”¹¹.

O acordo entre António Lino Neto e José Adriano Pequito Rebelo consolidou-se nos dias seguintes, inviabilizando um entendimento com os liberais. Por isso, o monsenhor Joaquim José da Silva foi chamado a uma reunião com o governador civil de Portalegre, Carlos Moreira Costa Pinto, da qual informou a esposa de António Lino Neto:

“[O Governador Civil] pretendeu acusar-nos de deslealdade porque, recomendando o governo a candidatura do Lino Neto, nós em vez de votarmos os candidatos do governo, íamos dar os nossos votos ao Pequito Rebelo. Para mostrar o interesse do governo pelo Dr. Lino Neto, mostrou-me alguma correspondência do governo e de amigos seus prometendo votar n’ ele. Procurei mostrar-lhe que não havia deslealdade alguma da nossa parte, visto que nada combináramos com os representantes do governo, que de nós nada quisera saber até ao momento. [...] Fiz-lhe notar que não havia da nossa parte intenção de hostilizar o governo, como prova o facto de eu mesmo, a pedido d’um membro da comissão política do Centro, ter pedido ontem telegraficamente a 8 arciprestes do círculo de Castelo Branco que votassem a lista do

¹⁰ As negociações entre António Lino Neto e José Adriano Pequito Rebelo foram tão difíceis e demoradas, devido à intransigência deste último, que os boletins de voto impressos pelos católicos apenas continham o nome de António Lino Neto. O nome de José Adriano Pequito Rebelo teve de ser acrescentado à mão à última hora (Almeida, 2013: 301-305).

¹¹ Carta datada em Portalegre a 4.7.1921. Universidade Católica Portuguesa, *Arquivo António Lino Neto*, Cx. 21, mc. 5, doc. 29. Cf., *O Districto de Portalegre*, 10.7.1921, p. 1; Almeida, 2013: 301-305.

Manuel Baiôa – *As eleições legislativas de 1921 no Alentejo*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 173-201. DOI: https://10.21747/0871164X/hist11_1a9

governo; que bem podia o governo dar votos ao Dr. Lino Neto n'este círculo, em troca de votos do centro n'outros círculos"¹².

Em alguns círculos onde os católicos não apresentaram candidatos, os acordos fizeram-se com monárquicos, reconstituíntes, liberais, sidonistas e até com alguns democráticos. O plano dos católicos para estas eleições passava essencialmente por acordos locais com os partidos que as comissões diocesanas “entenderam conveniente” (*A União*, 6.8.1921, p. 1) para defender os seus interesses. Esta estratégia de estabelecer acordos locais e flexíveis era partilhada por grande parte da elite católica. D. José Alves Mattoso, Bispo da Guarda, em carta dirigida a António Lino Neto defendeu o seguinte:

“Não convém fazer acordo geral com um partido, seja qual for, mas sim acordos locais em toda a parte onde se pudesse fazer, porque só assim podemos garantir as nossas candidaturas. Composto de gente ordeira, o Centro tem votação, mas não sabe defendê-la, deixa-se roubar. Precisa por isso do auxílio dos outros partidos”¹³.

4. A campanha eleitoral

Uma das atividades principais da campanha eleitoral era a troca de correspondência entre os candidatos e os notáveis locais que controlavam os votos e que realizavam acordos eleitorais com os caciques das outras forças políticas. Atividade relevante era também a visita dos candidatos a algumas localidades para contactarem diretamente com os principais dirigentes políticos locais e com alguns eleitores. As deslocações entre essas localidades eram feitas habitualmente através do caminho-de-ferro. Contudo, progressivamente, o automóvel transformar-se-ia no principal meio de transporte, numa campanha eleitoral moderna, veloz e que chegava às aldeias mais recônditas. Esta situação, naturalmente, implicava um planeamento e gestão do tempo mais eficaz e um aumento considerável das despesas eleitorais.

Os candidatos do Partido Republicano Português de Évora, Jorge de Barros Capinha e Manuel Eduardo da Costa Fragoço, percorreram várias localidades desse círculo eleitoral, mas fizeram também visitas a localidades do círculo eleitoral de Estremoz, dando um auxílio ao candidato Ernesto Maria Vieira da Rocha. A inauguração do novo Centro Democrático de Portel, em 3 de julho de 1921, foi um momento emblemático para percebermos como decorriam estas visitas durante a

¹² Carta do monsenhor Joaquim José da Silva para [D. Matilde da Cruz Antunes de Mendonça] datada em Portalegre em 8.7.1921. Universidade Católica Portuguesa, *Arquivo António Lino Neto*, Cx. 21, mç. 5, doc. 41.

¹³ Universidade Católica Portuguesa, *Arquivo António Lino Neto*, cx. 21, mç. 4, doc. 15.

Manuel Baiôa – *As eleições legislativas de 1921 no Alentejo*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 173-201. DOI: https://10.21747/0871164X/hist11_1a9

campanha eleitoral. Às 20 horas deu entrada na vila o automóvel que saiu de Évora com os candidatos do PRP: Sá Viana, Manuel Fragoso e Jorge Capinha. Eram aguardados pelo “bom povo republicano” na entrada da localidade, tendo-se iniciado aí um numeroso cortejo, a que se juntou a banda de música de Portel. À frente do mesmo ia a Comissão Municipal de Portel do PRP. Das janelas das casas apareceram muitas senhoras que soltavam vivas à República e ao Partido Democrático. Numa das ruas houve um encontro algo tenso, pois o candidato do Partido Republicano de Reconstituição Nacional, Alberto Jordão Marques da Costa (antigo líder do PRP em Évora), estava num automóvel com o padre pensionista de Beja, Sebastião de Jesus Palma. Alberto Jordão também andava a visitar correligionários em várias localidades da região. Os democráticos passaram ao seu lado gritando vivas ao Partido Democrático e aos seus candidatos. Junto à entrada do Centro estava uma multidão à espera dos convidados. Já dentro do edifício, o presidente da Comissão Municipal do PRP, José Zarco Júnior, deu as boas vindas aos candidatos do PRP, sendo descerradas as fotos de Afonso Costa, patrono do Centro e dos correligionários Potes do Amaral e de Jorge Capinha. Seguiram-se vários discursos das principais figuras do PRP de Portel e de Évora, enaltecendo as qualidades dos seus candidatos. Findos os discursos, houve um lauto jantar para 80 pessoas, com uma forte presença de membros das comissões democráticas das freguesias do concelho de Portel. Seguiu-se uma nova série de elocuições e uma atuação musical a cargo de um sexteto, liderado pelo correligionário democrático Albuquerque, que só terminou às três da madrugada (*O Democrático*, 19.06.1921, p. 2; *idem*, 3.7.1921, p. 1; *idem*, 10.7.1921, p. 2; *idem*, 17.7.1921, p. 2)

José do Vale Matos Cid, Ministro da Justiça e candidato a deputado por Beja pelo Partido Republicano Liberal, deslocou-se de comboio até à capital do Baixo Alentejo no dia 29 de junho de 1921. Vinha acompanhado pelo secretário e por um jornalista d’*A Lucta*. Durante a viagem, em todas as paragens, foi recebido pelos representantes locais do PRL. Já em Beja, seria recebido por Mariano de Melo Vieira, governador civil deste distrito, Jaime António da Palma Mira, líder local do PRL e Eugénio Rodrigues Aresta, candidato a deputado pelo PRL neste distrito. O grupo dirigiu-se em automóvel para o Centro Político do PRL que se encontrava embandeirado e engalanado. Dentro do edifício houve um banquete, seguido de brindes e discursos dos altos dignatários do partido. Depois da sessão, os candidatos, acompanhados pelos principais dirigentes

locais, seguiram em automóvel em direção a Mértola. À chegada, a delegação foi recebida pelos notáveis: juiz, administrador do concelho e elementos da comissão municipal do PRL. A filarmónica da vila, que os esperava, entoou o hino nacional. A comitiva dirigiu-se de seguida para o edifício da administração do concelho onde houve mais discursos. À noite realizou-se um lauto banquete em casa da viúva de Allen Gomes. Na manhã seguinte, a comitiva dirigiu-se a Moreanes, Santana de Cambas e Mina de S. Domingos. Na primeira localidade dirigiu-se ao Centro Republicano que se encontrava à pinha. Nos discursos, José do Vale de Matos Cid afirmou que se fosse eleito seria “o delegado pronto e sempre a tratar das causas justas como o dos povos do concelho de Mértola no respeitante à questão do baldio”. Defendeu a divisão do mesmo e a entrega das propriedades às populações, pois isso traria um aumento da produção e da riqueza nacional. Na segunda localidade, a reunião com os correligionários decorreu no Centro Aresta Branco. A comitiva partiria seguidamente para a Mina de S. Domingos, através da linha de caminho-de-ferro dessa empresa, tendo contactado com administradores e trabalhadores mineiros. À tarde regressou a Beja onde teria lugar nova reunião no Centro Liberal. No dia seguinte, a comitiva viajaria de comboio até Serpa. À espera, na estação, estava a banda da União. O destino era, porém, o palácio do correligionário Domingos Abraço (cunhado de Afonso de Lemos), local de alojamento. Após um magnífico jantar numa sala florida e iluminada com lâmpadas elétricas, houve discursos e brindes com champanhe. Seguiu-se um passeio até ao Jardim Público para assistir ao concerto da Filarmónica de Serpa. Foi o ponto final da jornada de propaganda da comitiva liberal ao Baixo Alentejo (*O Bejense*, 7.7.1921, p. 1-3).

Os candidatos do PRP pelos dois círculos do Baixo Alentejo iniciaram a campanha eleitoral no dia 26 de junho com uma conferência no Centro Republicano Democrático Bejense. No dia seguinte dirigiram-se a Ourique, tendo reunido em casa do correligionário Bazílio da Rosa Loures onde prometeram lutar pela restauração da comarca de Ourique. A comitiva dirigiu-se posteriormente para Odemira, onde, no dia 27, se reuniu com vários dirigentes locais na casa de Pedro António Correia. Os discursos que aí tiveram lugar apontaram, como seria de esperar, para a defesa do progresso do concelho. A 3 de Julho os candidatos visitaram Mértola, percorrendo várias localidades do concelho. Na Mina de S. Domingos houve um comício. A grande concentração de mineiros levou a que os discursos se centrassem na obra da República e

Manuel Baiôa – *As eleições legislativas de 1921 no Alentejo*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 173-201. DOI: https://10.21747/0871164X/hist11_1a9

do Partido Democrático em prol do operariado. O candidato a senador Ernesto Júlio Navarro chegou mesmo a declarar que “o operariado deve [...] à República a sua emancipação moral, que os fez cidadãos em vez de escravos” (*O Porvir*, 2.7.1921, p. 1).

Estas visitas serviam para reforçar os laços dos dirigentes nacionais com os notáveis locais que controlavam os eleitores. Estabelecia-se assim, uma troca de favores individuais e coletivos entre os candidatos a deputados, os caciques locais e os seus clientes. Candidatos e notáveis ofereciam promessas de empregos e favores em troca de votos. Em Ourique, o farmacêutico prometeu fornecer medicamentos gratuitamente durante 15 dias a todos os que votassem no Partido Republicano Liberal. Quando esta proposta foi feita ao coveiro filiado no Partido Republicano Português, este recusou. E ripostou, propondo enterrar o farmacêutico de graça se este votasse no PRP (*O Porvir*, 2.7.1921, p. 1).

A campanha eleitoral era também o momento de apresentação de favores para as localidades. Os candidatos democráticos por Évora, Jorge Capinha e Manuel Fragoso, divulgaram na imprensa, poucos dias antes das eleições, que tinham conseguido (por intermédio de António Maria Silva, líder do PRP) que Amieira e Alqueva passassem a ter transporte de correio e que o Hospital e Casa Pia de Évora recebessem um subsídio (*O Democrático*, 19.6.1921, p. 1). Esta situação foi vista como uma “caça ao voto” por parte do órgão reconstituente de Évora, *Democracia do Sul*. Contudo, no mesmo número, o diretor do jornal (igualmente candidato a deputado), Alberto Jordão Marques da Costa, divulgou também ter conseguido subsídios para a instalação do regimento de artilharia de Évora e para a aquisição do Palácio Amaral, para aí instalar o Museu Regional (*Democracia do Sul*, 10.7.1921, p. 1). Em Montalvão, o candidato governamental, Alexandre Vasconcelos e Sá, prometeu obras para as estradas; e em Tolosa comprometeu-se com a partilha de terrenos comunais, que por sinal eram privados (*O Districto de Portalegre*, 17.7.1921, p. 1). Na Amareleja, os candidatos liberais prometeram – caso vencessem as eleições – que elevariam esta localidade a sede de concelho; em Beja prometeram a construção, pelo governo central, da estrada municipal entre Beringel e Mombeja. Em Ourique subiram a parada, com a promessa da restauração da sua antiga Comarca; em Almodôvar, porém, garantiram que a Comarca de Ourique jamais seria restaurada (*O Porvir*, 2.7.1921, p. 1).

5. Irregularidades, fraudes e violências

Nestas eleições foram denunciadas uma série de irregularidades. O órgão de informação do PRP de Évora acusou os professores reconstituintes e o reitor do Liceu de Évora, Alberto Jordão Marques da Costa, de pressionarem os pais dos alunos para votarem neste candidato (*O Democrático*, 3.7.1921, p. 1): “Mas haverá algum eleitor com filhos no liceu que ainda não tenha sido atacado? Era vê-los na festa de encerramento, em cada esquina, recordando que se avizinhava o período de avaliações [...] ou melhor, de eleições!” (*O Democrático*, 5.7.1921, p. 1) Já no semanário do PRRN de Beja os democráticos foram acusados de andarem a comprar sufrágios com dinheiro (*O Lidador*, 27.6.1921, p. 1). Por sua vez, os democráticos acusaram os liberais de terem comprado votos a quarenta e cinco escudos nos concelhos de Moura e Mértola (*O Porvir*, 16.7.1921, p. 1). José Lino Neto confidenciou ao seu irmão, António Lino Neto, que chegou “a oferecer um conto de reis pela votação de Belver”¹⁴.

No círculo de Estremoz, o candidato reconstituente Alberto Xavier (cujo adversário direto era o democrático Vieira da Rocha) ganhou a eleição por 187 votos. Para isso muito contribuiu o ocorrido na assembleia eleitoral de Vila Viçosa, uma vez que não houve fiscalização, tendo os adversários do PRP estabelecido um conluio para prejudicarem o candidato democrático. Durante o ato eleitoral um cidadão pretendeu impedir a “imoralidade” de descarregarem votos de pessoas ausentes. Foi, porém, ameaçado de ser posto na rua à pancada e de ir para a cadeia. Daí muitos eleitores declararem “por escrito que não votaram” nesta Vila (*O Democrático*, 17.7.1921, p. 1-2).

No Redondo e no Alandroal houve várias acusações de chapeladas, já que praticamente todos os recenseados “votaram” (*O Porvir*, 16.7.1921, p. 1). Na freguesia de Ares, concelho de Nisa, a pressão efetuada pelo respetivo administrador para que o voto fosse nos candidatos liberais ultrapassou todos os limites: de facto, chegou ao ponto de prender Manuel Cuco e Manuel Gonçalves por estes pretensamente se recusarem a votar nos candidatos do governo (*Diário de Lisboa*, 15.7.1921, p. 6). Em Gáfete (Crato) houve chapelada prejudicando o católico Lino Neto e beneficiando o democrático Baltasar Teixeira¹⁵. Em Monforte e Assumar não se realizaram os atos

¹⁴ Carta datada em julho de 1921. Universidade Católica Portuguesa, *Arquivo António Lino Neto*, Cx. 21, mç. 6, doc. 45.

¹⁵ Cf., Universidade Católica Portuguesa, *Arquivo António Lino Neto*, Cx. 21, mç. 6, doc. 34.

Manuel Baiôa – *As eleições legislativas de 1921 no Alentejo*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 173-201. DOI: https://10.21747/0871164X/hist11_1a9

eleitorais por não terem comparecido os presidentes das mesas eleitorais Em Montargil, alguns desacatos (que culminaram com o derrube da urna), impediram que o ato eleitoral se concluísse (*O Democrático*, 17.7.1921, p. 1; *A Plebe*, 17.7.1921, p. 2; *A Época*, 11.7.1921, p. 2).

O incidente em Montargil acabou por ter uma forte repercussão eleitoral, já que, pelo facto de os votos não terem sido aí contados, a assembleia de apuramento, realizada em Portalegre, proclamou deputados Alexandre José Botelho de Vasconcelos e Sá (PRL), João José da Conceição Camoesas (PRP) e António Lino Neto (CCP). O candidato democrático, Baltazar de Almeida Teixeira, não aceitou a proclamação, sustentando a sua reclamação no incidente verificado em Montargil. A comissão de verificação de poderes da Câmara dos Deputados aceitaria a reclamação, decidindo-se pela repetição das eleições em Montargil. Mas com uma particularidade: apenas participariam os candidatos António Lino Neto (CCP) e Baltazar de Almeida Teixeira (PRP). Os católicos reagiram desta decisão, acusando a comissão de falta de imparcialidade, pois a mesma era constituída unicamente por elementos do PRL e do PRP. Ainda antes da realização das eleições em Montargil, o acórdão referente ao círculo n.º 32 (Portalegre) proclamaria deputados Alexandre José Botelho de Vasconcelos e Sá (PRL) e João José da Conceição Camoesas (PRP), uma vez que haviam alcançado os votos suficientes. Faltava, pois, eleger o terceiro deputado do círculo (*Diário de Lisboa*, 19.7.1921, p. 6; *Diário da Câmara dos Deputados*, 2.8.1921, p. 11).

As eleições de Montargil foram repetidas em 18 de setembro. Mais uma vez, houve combinações e pressões de vária ordem. O padre de Montargil, António de Andrade Sequeira, tentou influenciar algumas famílias a votar em António Lino Neto, mas sofreu a animosidade de grande parte delas¹⁶. Os democráticos prometeram à população de Montargil que conseguiriam influenciar o governo no sentido de doar um conto de reis à Misericórdia e de instalarem na freguesia uma estação de telégrafo-postal, o que lhes garantia “uma maioria de 60 votos”¹⁷. Os católicos tentaram suplantar essa promessa, pois estavam convencidos que a “eleição reverterá a favor de quem oferecer melhores e mais seguras garantias” à população de Montargil. Por isso, o padre

¹⁶ Cf., Universidade Católica Portuguesa, *Arquivo António Lino Neto*, Cx. 22, mç. 1, doc. 13.

¹⁷ Carta do senador católico João [José da Fonseca] Garcia para António Lino Neto, datada em Lisboa em 30.8.1921. Universidade Católica Portuguesa, *Arquivo António Lino Neto*, Cx. 22, mç. 1, doc. 16.

Manuel Baiôa – *As eleições legislativas de 1921 no Alentejo*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 173-201. DOI: https://10.21747/0871164X/hist11_1a9

desta paróquia, António de Andrade Sequeira, sugeriu a António Lino Neto que oferecesse “mais um conto de reis ou o ordenado da sua candidatura a favor da Misericórdia”¹⁸ e o deputado liberal Alexandre Vasconcelos e Sá aconselhou-o a ir falar com o Ministro do Trabalho e da Instrução para “arrancar-lhe de vez o subsídio prometido”¹⁹. Mas os liberais acabaram por não apoiar convenientemente as pretensões dos católicos²⁰, o que inviabilizou a eleição de António Lino Neto e possibilitou a eleição de Baltazar de Almeida Teixeira. Alguns católicos imputaram esse desfecho à hostilidade de alguns monárquicos à candidatura de António Lino Neto. O monsenhor Joaquim José da Silva após saber que António Lino Neto tinha perdido as eleições escreveu-lhe a seguinte mensagem:

“Não me surpreendeu o facto já mais ou menos esperado desde que soube que os monárquicos declararam abster-se, declaração que eu traduzi por guerra sem tréguas à tua candidatura. O resultado da votação evidencia que assim foi. Os moralões críticos da atitude leal e desassombrada do Centro não hesitaram em dar os seus votos a um democrático dos mais radicais, para combaterem a candidatura d’ um católico apoiado pelo episcopado. E só eles aplicam a doutrina da Pastoral Coletiva e só eles defendem a Igreja!

Tartufos! Não é a ti que eles combatem. É ao Centro a quem representas, e no Centro à Igreja que eles só admitem escravizada aos seus ideais políticos e serva submissa das suas ambições”²¹.

Em Elvas, um acórdão da comissão de verificação de poderes também alterou o resultado do apuramento geral (*Diário da Câmara dos Deputados*, 3.8.1921, p. 10). O candidato monárquico, Rui de Andrade, não viu validada a sua eleição por pretensamente não ter apresentado os documentos comprovativos da sua elegibilidade. Em sua vez, foi proclamado deputado o candidato apoiado pelo governo liberal, José Pais de Vasconcelos Abranches, facto que a imprensa conservadora classificou como “um autêntico roubo” (*O Districto de Portalegre*, 8.8.1921, p. 1). E que Rui de Andrade

¹⁸ Carta do padre António de Andrade Sequeira para António Lino Neto, datada em Montargil em 26.08.1921. Universidade Católica Portuguesa, *Arquivo António Lino Neto*, Cx. 22, mç. 1, doc. 16.

¹⁹ Carta de Alexandre Vasconcelos e Sá para António Lino Neto, datada em Lisboa em 31.8.1921. Universidade Católica Portuguesa, *Arquivo António Lino Neto*, Cx. 22, mç. 1, doc. 20.

²⁰ António de Oliveira Salazar escreveu no dia 22 de Setembro de 1921 a António Lino Neto e questionou-o sobre a promessa de apoio eleitoral por parte de Vasconcelos (deverá ser um dos candidatos liberais, Alexandre José Botelho de Vasconcelos e Sá ou José Pais de Vasconcelos Abranches): “Como cumpriu o Vasconcelos lá aquela solene palavra de honra que lhe deu diante de mim e do Anaquim e do Braga da Cruz, de que poria à disposição de V. Ex.^a a sua influência e dos seus amigos, se se viesse a repetir a eleição?”. Universidade Católica Portuguesa, *Arquivo António Lino Neto*, cx. 22, mç. 1, doc. 37.

²¹ Carta do monsenhor Joaquim José da Silva para António Lino Neto, datada em Portalegre em 20.9.1921. Universidade Católica Portuguesa, *Arquivo António Lino Neto*, Cx. 22, mç. 1, doc. 33.

Manuel Baiôa – *As eleições legislativas de 1921 no Alentejo*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 173-201. DOI: https://10.21747/0871164X/hist11_1a9

corroborou, considerando a referida decisão uma “ladroeira” (*A Época*, 6.8.1921, p. 2) para beneficiar os candidatos governamentais. Acusou ainda os membros da comissão de verificação de poderes, presidida por Alberto de Moura Pinto, de ocultarem as suas intenções até lavrarem o acórdão, não lhe permitindo apresentar argumentos e documentos que comprovassem a sua elegibilidade enquanto cidadão português.

Em conclusão, as resoluções das comissões de verificação de poderes retiraram um deputado aos católicos e outro aos monárquicos e permitiram a eleição de mais um deputado do PRP e outro do PRL. Refira-se que as três comissões de verificação de poderes não tinham representação dos partidos minoritários: eram constituídas apenas com três elementos liberais e dois democráticos, o que levou o deputado monárquico Mário de Aguiar a concluir que “só é deputado quem o governo quiser” (*Diário de Lisboa*, 30.5.1921, p. 5).

Estas eleições, embora das menos concorridas, foram das que levantaram mais celeuma e acusações de violência e fraude. Uma das críticas mais comuns prendia-se com o facto de se ter utilizado o recenseamento de 1920, tido por muitos como inexato e falsificadíssimo. Ainda assim, como era norma, o governo, e em particular o Presidente do Ministério, enviou informações oficiais para as autoridades administrativas no sentido da defesa escrupulosa da legalidade e da liberdade eleitoral.

6. Os resultados finais das eleições

Como era costume, o partido que chefiava o governo e que preparou as eleições venceu. Contudo, os liberais não conseguiram uma maioria absoluta, uma vez que elegeram 79 deputados dos 163 que compunham a Câmara dos Deputados. O PRP tornou-se a segunda força política, elegendo 54 deputados. Perdeu as maiorias em muitos círculos, mas manteve uma forte presença em muitas regiões. Já os reconstituíntes, ao elegerem doze deputados, mantiveram-se como a terceira força política da República, embora perdendo influência no Parlamento. Os restantes dezoito lugares da Câmara dos Deputados foram distribuídos por pequenas formações que poderiam desempenhar um papel importante dada a maioria relativa (embora clara) que os liberais haviam conseguido. Os monárquicos, que finalmente tiveram condições para ir às urnas, obtiveram quatro deputados, os independentes cinco, católicos três,

Manuel Baiôa – *As eleições legislativas de 1921 no Alentejo*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 173-201. DOI: https://10.21747/0871164X/hist11_1a9

democrático-dissidentes três, regionalistas dois e populares um (Marques, 1980: 127; Queiroz, 1985: 430-436; Lopes, 1994: 33; Leal, 2014: 169-189).

No Alentejo houve uma grande renovação dos seus deputados, pois dez deles foram pela primeira vez eleitos nos círculos eleitorais da região. Os liberais elegeram dez deputados, os democráticos sete e os reconstituintes apenas um. O PRL e o PRP tiveram uma votação mais expressiva no Alentejo quando comparamos com o todo nacional. Assim, os liberais elegeram 48,5% dos deputados, mas no Alentejo a sua representatividade subiu para 55,6%. Os democráticos elegeram 33,1% dos deputados, mas no Alentejo a sua presença cifrou-se nos 38,9%. Já o PRRN, obteve piores resultados no Alentejo, uma vez que apenas elegeu um deputado, o que representa 5,6%. Os pequenos partidos, nomeadamente católicos e monárquicos, não conseguiram eleger deputados nesta região.

Nos estudos de Oliveira Marques (Marques, 1978: 624 e 643; Marques 1980: 127) foi contabilizado um deputado do Centro Católico Português no círculo de Portalegre e um deputado do Partido Monárquico no círculo de Elvas. No entanto, as decisões das comissões de verificação de poderes inviabilizaram a eleição destes deputados. Em sua substituição foram eleitos um deputado do PRP e outro do PRL, conforme demonstramos nas páginas anteriores e que está refletido no Quadro 1.

Quadro 1 - As eleições de 1921 (distribuição partidária a nível nacional e no Alentejo)

| Candidatos/Partidos | Nacional (a) | | Alentejo (b) | | Alentejo (c) Nova proposta | |
|---|--------------|------|--------------|------|-------------------------------|------|
| | N.º | % | N | % | N.º | % |
| Partido Republicano Liberal (PRL) | 79 | 48,5 | 9 | 50,0 | 10 | 55,6 |
| Partido Republicano Português (PRP) | 54 | 33,1 | 6 | 33,3 | 7 | 38,9 |
| Partido Republicano de Reconstituição Nacional (PRRN) | 12 | 7,4 | 1 | 5,6 | 1 | 5,6 |
| Independentes (Ind.) | 5 | 3,1 | - | - | - | - |
| Causa Monárquica/Partido Monárquico (PM) | 4 | 2,5 | 1 | 5,6 | - | - |
| Centro Católico Português/Católicos (CCP) | 3 | 1,8 | 1 | 5,6 | - | - |
| Dissidentes | 3 | 1,8 | - | - | - | - |
| Regionalistas (Reg.) | 2 | 1,2 | - | - | - | - |
| Partido Republicano Popular/Populares | 1 | 0,6 | - | - | - | - |
| Total | 163 | 100 | 18 | 100 | 18 | 100 |

Fontes: a) Marques, 1980: 127;

b) Marques, 1978: 624 e 643

c) AHP, secção IX, cx. 334 a cx. 338

Conclusão

As eleições legislativas de 1921 salientaram-se por terem sido organizadas por um governo do PRL, graças ao novo quadro constitucional aprovado em 1919, que permitia que o Presidente da República dissolvesse o Congresso, após consulta do Conselho Parlamentar.

Estas eleições foram pouco participadas e tiveram fraca competitividade em muitos círculos, fruto de acordos pré-eleitorais estabelecidos entre os dois principais partidos republicanos: Partido Republicano Liberal e Partido Republicano Português.

A mobilização durante a campanha eleitoral também foi débil em vários círculos. Contudo, os candidatos percorreram as principais localidades para estabelecer contactos com os notáveis locais e realizaram-se diversas sessões públicas. Nestes comícios os candidatos intercalaram discursos mais ideológicos, com outros, marcadamente personalistas e paroquiais, tentando mobilizar o eleitorado com favores de vária ordem (promessas de novas estradas, tribunais e hospitais, e repartição de baldios), e adaptando-os ao local onde se realizavam as reuniões políticas. Os jornais afetos aos partidos difundiram manifestos e tentaram arregimentar os seus apoiantes.

Em algumas assembleias de voto do Alentejo surgiram indícios de irregularidades, chapeladas, fraudes e conluios. Todavia, os dados disponíveis não permitem estabelecer com rigor o grau de ilegitimidade do sistema político e a cartografia das fraudes. Ainda assim, em quase todos os círculos houve uma luta intensa pelo deputado eleito pelas minorias.

A nível nacional, a vitória coube como era norma, ao partido que as organizou a partir do Terreiro do Paço. Contudo, o PRL não alcançou a maioria absoluta. O PRP continuava a possuir uma vasta rede de caciques, centros políticos e jornais, o que lhe permitiu alcançar as maiorias em muitos círculos. Coexistiam duas forças com sentidos por vezes antagónicos. Por um lado, o poder do governo e dos seus funcionários administrativos, e do outro lado, a força dos notáveis locais. A primeira mostrou-se sempre mais forte, mas a segunda continuava a conseguir influenciar o resultado das eleições em algumas assembleias de voto.

No Alentejo também se manteve a tradição da vitória do partido que estava no poder. Daí o PRL ter conseguido as maiorias em Elvas, Estremoz, Beja e Aljustrel. O PRP, ainda assim, obteve um resultado assinalável, ganhando as maiorias em Portalegre

Manuel Baiôa – *As eleições legislativas de 1921 no Alentejo*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 173-201. DOI: https://10.21747/0871164X/hist11_1a9

e Évora. Este partido mantinha estruturas sólidas na região e a dissidência do PRRN apenas teve alguma projeção no distrito de Évora, onde conseguiram eleger um deputado pelo círculo de Estremoz.

A direita conservadora tinha um forte bastião no Alto Alentejo. Todavia, a rivalidade entre católicos e monárquicos e os acórdãos das comissões de verificação de poderes impediram a eleição de deputados destas forças políticas nos círculos de Portalegre e Elvas, e em sua substituição, foram eleitos deputados do PRL e do PRP.

Anexos: As eleições legislativas de 1921 no Alentejo

Quadro 2 – Círculo N.º 32 – Portalegre

Número de votantes: 3472

| Candidatos | Listas | Votos | Eleito/ Não Eleito |
|--|------------------------------|-------|--------------------|
| Alexandre José Botelho de Vasconcelos e Sá ²² | PRL | 1272 | Eleito |
| João José da Conceição Camoesas ²³ | PRP | 1235 | Eleito |
| António Lino Neto ²⁴ | CCP | 1222 | Não Eleito |
| Baltazar de Almeida Teixeira ²⁵ | PRP | 1177 | Eleito |
| José Adriano Pequito Rebelo ²⁶ | Regionalista / PM | 1059 | Não Eleito |
| Mário Soares Duque ²⁷ | PRL | 715 | Não Eleito |
| Manuel Hermenegildo Lourinho ²⁸ | PRRN | 125 | Não Eleito |
| José Barreto | Reformista FNR ²⁹ | 22 | Não Eleito |

Fontes: Resultados eleitorais após o apuramento geral, Arquivo Histórico Parlamentar, Secção IX, cx. 334. Posteriormente, um acórdão da comissão de verificação de poderes mandou repetir o ato eleitoral na Assembleia de Montargil (*Diário da Câmara dos Deputados*, 2.8.1921, p. 11). Após as eleições, realizadas em 18 de setembro de 1921, foi eleito Baltazar de Almeida Teixeira com uma vantagem de 17 votos sobre António Lino Neto (*A Época*, 21.9.1921, p. 4; *A União*, 1.10.1921, p. 4).

²² Médico da Marinha (Porto, 28/11/1872 – Oeiras, 01/10/1929).

²³ Médico (Elvas, 13/03/1887 – New Bedford, EUA, 12/11/1951).

²⁴ Professor universitário e advogado (Mação, 30/01/1873 – Lisboa, 16/11/1961).

²⁵ Advogado e professor (Leiria, 12/12/1871 – Lisboa, 17/07/1975). Não chegou a tomar posse do lugar de deputado, pois o Parlamento já se encontrava encerrado e não voltaria a abrir devido aos acontecimentos da “Noite Sangrenta”. Cf. *A Época*, 21.9.1921, p. 4; *A União*, 1.10.1921, p. 4.

²⁶ Proprietário. Licenciado em Direito (Gavião, 21/05/1892 – Lisboa, 22/01/1983).

²⁷ Advogado e delegado do procurador da República na comarca de Arganil. Natural de Penacova.

²⁸ Médico (Portalegre, 13/03/1891 – Lisboa, 24/05/1979).

²⁹ Federação Nacional Republicana.

Quadro 3 - Círculo N.º 33 – Elvas

Número de votantes: sem dados

| Candidatos | Listas | Votos | Eleito/ Não Eleito |
|--|-----------------------|-------|--------------------|
| Francisco da Silva Telo da Gama ³⁰ | PRL | 1028 | Eleito |
| Rui de Andrade ³¹ | PM | 969 | Não Eleito |
| Plínio Octávio de Santana e Silva ³² | PRP | 847 | Eleito |
| José Pais de Vasconcelos Abranches ³³ | PRL | 836 | Eleito |
| Eurico de Sampaio Satúrio Pires ³⁴ | PM | 520 | Não Eleito |
| António Pais Rovisco ³⁵ | Popular ³⁶ | 401 | Não Eleito |

Fontes: Arquivo Histórico Parlamentar, Secção IX, cx. 335; O acórdão da Comissão de Verificação de Poderes proclamou deputado José Pais de Vasconcelos Abranches em detrimento de Rui de Andrade, que viu a sua eleição invalidada por não ter apresentado documentos comprovativos da sua elegibilidade (*Diário da Câmara dos Deputados*, 3.8.1921, p. 10; *O Districto de Portalegre*, 8.8.1921, p. 1).

Quadro 4 - Círculo N.º 34 - Évora

Número de votantes: 3290

| Candidatos | Listas | Votos | Eleito/ Não Eleito |
|---|--------|-------|--------------------|
| Francisco Cardoso de Lemos ³⁷ | PRL | 1146 | Eleito |
| Jorge Barros Capinha ³⁸ | PRP | 1123 | Eleito |
| Manuel Eduardo da Costa Fragoso ³⁹ | PRP | 1108 | Eleito |
| Alberto Jordão Marques da Costa ⁴⁰ | PRRN | 1007 | Não Eleito |
| João Marques Vidal ⁴¹ | PRL | 959 | Não Eleito |
| Alfredo Augusto Cunhal Júnior ⁴² | PM | 546 | Não Eleito |
| José Garcia da Costa ⁴³ | PRRN | 380 | Não Eleito |

Fontes: Arquivo Histórico Parlamentar, Secção IX, cx. 336

³⁰ Proprietário, formado em Direito pela Universidade de Coimbra (Ouguela, Campo Maior, 01/01/1992 – Campo Maior, 11/08/1995).

³¹ Proprietário, doutorado em ciências agrónomicas pela Universidade de Paris (Génova, 01/06/1880 – Lisboa, 20/12/1967).

³² Oficial do Exército (Elvas, 26/08/1890 – Lisboa, 07/06/1948).

³³ Proprietário, bacharel em Direito (Lisboa, 12/06/1865 – Lisboa, 06/05/1942).

³⁴ Oficial do exército, jornalista, professor e escritor (Elvas, 15/07/1881 – 25/06/1952).

³⁵ Magistrado e proprietário. Natural de Sousel.

³⁶ Partido Republicano Popular.

³⁷ Médico e proprietário em Mora (Casa Branca, Sousel, 22/01/1873 – Paris 11/10/1928).

³⁸ Médico (Loulé, 01/12/1890 – Évora, 11/08/1941).

³⁹ Escrivão de Direito (Montemor-o-Novo, 08/05/1886 – Lisboa, 1983).

⁴⁰ Professor do liceu e advogado (Cuba, 08/01/1884 – Évora, 02/10/1980).

⁴¹ Magistrado Judicial (Lamas do Vouga, Águeda, 10/02/1869 – Lamas do Vouga, Águeda, 23/03/1953).

⁴² Advogado e proprietário (Coruche, 27/01/1877 – Montemor-o-Novo, 23/10/1937).

⁴³ Advogado e conservador do Registo Predial (Reguengos de Monsaraz, 25/10/1881 – Reguengos de Monsaraz, 03/03/1954).

Quadro 5 - Círculo N.º 35 - Estremoz

Número de votantes: 3001

| Candidatos | Listas | Votos | Eleito/ Não Eleito |
|--|--------|-------|--------------------|
| Manuel de Sousa da Câmara ⁴⁴ | PRL | 1771 | Eleito |
| José Gomes de Carvalho de Sousa Varela ⁴⁵ | PRL | 1514 | Eleito |
| António Maria Eurico Alberto Fiel Xavier ⁴⁶ | PRRN | 995 | Eleito |
| Ernesto Maria Vieira da Rocha ⁴⁷ | PRP | 808 | Não Eleito |
| José Maria Álvares ⁴⁸ | PRRN | 588 | Não Eleito |

Fontes: Arquivo Histórico Parlamentar, Secção IX, cx. 337

Quadro 6 - Círculo N.º 36 - Beja

Número de votantes: 4081

| Candidatos | Listas | Votos | Eleito/ Não Eleito |
|---|--------------|-------|--------------------|
| Eugénio Rodrigues Aresta ⁴⁹ | PRL | 2570 | Eleito |
| José do Vale de Matos Cid ⁵⁰ | PRL | 2563 | Eleito |
| Paulo Limpo de Lacerda ⁵¹ | PRP | 1408 | Eleito |
| José dos Santos Bandeira Monteiro ⁵² | PRP | 1377 | Não Eleito |
| Alfredo Adelino de Sá ⁵³ | PRRN | 147 | Não Eleito |
| Domingos Garcia Pulido ⁵⁴ | Regionalista | 43 | Não Eleito |

Fontes: Arquivo Histórico Parlamentar, Secção IX, cx. 337A

⁴⁴ Professor no Instituto de Agronomia e Veterinária (Vila Viçosa, 18/11/1871 – Lisboa, 23/04/1955).

⁴⁵ Funcionário público (Marmeleira, Rio Maior, 13/08/1892 – ?).

⁴⁶ Advogado e jornalista. Foi secretário-geral do Ministério das Finanças e Diretor-geral da Fazenda Pública (Nova Goa, 24/04/1881 – Lisboa, 15/07/1975).

⁴⁷ Oficial do exército (Évora, 18/10/1872 – Lisboa, 16/04/1952).

⁴⁸ Industrial e proprietário (Borba, 01/01/1875 – Lisboa, 24/12/1940).

⁴⁹ Oficial do exército (Moura, 23/05/1891 – Porto, 24/08/1956).

⁵⁰ Advogado e professor (Viseu, 27/11/1871 – Lisboa, 14/01/1945).

⁵¹ Advogado e proprietário (Moura, 05/11/1881 – Moura, 17/01/1960), (Correia, 2016: 530).

⁵² Farmacêutico e proprietário (Mértola, 21/12/1873 – Mértola, outubro/1923).

⁵³ Conservador do Registo Civil e advogado.

⁵⁴ Advogado e professor (Vidigueira, 20/08/1892 – Lisboa, 16/12/1973). Integrava uma lista com o candidato do PRRN. Acabou por desistir da sua candidatura a poucos dias da eleição (*O Porvir*, 9.7.1921, p. 1).

Manuel Baiôa – *As eleições legislativas de 1921 no Alentejo*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 173-201. DOI: https://10.21747/0871164X/hist11_1a9

Quadro 7 - Círculo N.º 37 - Aljustrel

Número de votantes: 2517

| Candidatos | Listas | Votos | Eleito/ Não Eleito |
|---|-------------------|-------|--------------------|
| Manuel de Brito Camacho ⁵⁵ | PRL | 1212 | Eleito |
| António Lobo de Aboim Inglês ⁵⁶ | PRL | 1183 | Eleito |
| José Joaquim Gomes de Vilhena ⁵⁷ | PRP | 1079 | Eleito |
| Mariano Martins ⁵⁸ | PRP | 876 | Não Eleito |
| Mateus Palermo de Barros ⁵⁹ | PRRN | 260 | Não Eleito |
| Pedro Joaquim Fazenda ⁶⁰ | Reformista FNR | 179 | Não Eleito |
| Rodrigo Pimenta de Massapina ⁶¹ | PRRN | 166 | Não Eleito |

Fontes: Arquivo Histórico Parlamentar, Secção IX, cx. 338

⁵⁵ Médico e jornalista (Rio de Moinhos, Aljustrel, 12/02/1882 – Lisboa, 19/09/1934).

⁵⁶ Professor no Instituto Superior Técnico, engenheiro de minas e industrial (Aljustrel, 30/06/1869 – Aljustrel, 18/10/1941), (Guimarães, 2006: 245-246; 385-387).

⁵⁷ Proprietário (Ferreira do Alentejo, 15/04/1876 – ?, 31/08/1931).

⁵⁸ Oficial da Marinha (Aljustrel, 08/12/1880 – Lisboa, 22/05/1943).

⁵⁹ Funcionário Público.

⁶⁰ Professor (Vidigueira, 13/07/1877 – Lisboa, 5/04/1965).

⁶¹ Funcionário Público e professor.

Manuel Baiôa – *As eleições legislativas de 1921 no Alentejo*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 173-201. DOI: https://10.21747/0871164X/hist11_1a9

Fontes e Bibliografia:

Fontes arquivísticas:

Arquivo Histórico Parlamentar, Secção IX, cx. 334 a cx. 338.

Arquivo Nacional Torre do Tombo, *Fundo Tomé José de Barros Queirós*, Caixas 1 a 6.

Universidade Católica Portuguesa, *Arquivo António Lino Neto*, cx. 21 e 22.

Fontes hemerográficas:

O Bejense. Beja, 1921.

A Capital. Lisboa, 1921.

Democracia do Sul. Évora, 1921.

O Democrático. Évora, 1921.

O Districto de Portalegre. Portalegre, 1921.

Diário de Lisboa. Lisboa, 1921.

A Época. Lisboa, 1921.

O Imparcial. Portalegre, 1921.

O Lidador. Beja, 1921.

A Plebe. Portalegre, 1921.

O Porvir. Beja, 1921.

A Rabeca. Portalegre, 1921.

A União. Lisboa, 1921.

Fontes impressas:

Diário da Câmara dos Deputados. Lisboa, 1921.

Diário do Governo. Lisboa, 1921.

FERREIRA, António Matos; ALMEIDA, João Miguel (coord.) (2009), *António Lino Neto, Intervenções Parlamentares (1918-1926)*, Lisboa, Texto Editores e Assembleia da República.

LEAL, Cunha (1967), *As minhas memórias*, vol. II, edição do autor.

LIMA, Luís (2012), *Catálogo do Arquivo Professor Lino Neto*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa.

SILVA, António Maria da (1947), in AA.VV., *In Memoriam. Álvaro de Castro. Homenagem de admiradores, de amigos e de correligionários*, Lisboa, pp. 133-135.

Bibliografia:

ALMEIDA, João Miguel Furtado Ferreira d' (2013), *Católicos e Política na Crise do Liberalismo: O percurso de António Lino Neto (1873-1934)*, Tese de Doutoramento em História, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

ALMEIDA, Maria Antónia F. Pires de Almeida (1997), *Família e Poder no Alentejo (Elites de Avis – 1886-1941)*, Lisboa, Colibri.

ALMEIDA, Pedro Tavares de (organização e introdução) (1998), *Legislação eleitoral portuguesa: 1820-1926*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

ALMEIDA, Pedro Tavares de (2014), “Lei Eleitoral” in Maria Fernanda Rollo, (coord. geral), *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, vol. II, Lisboa, Assembleia da República, pp. 642-646.

AMEIXA, Luís António Pita (2018), “A Primeira República em Ferreira” in *Ferreira: 5000 Anos de História. Comemoração dos 500 Anos do Foral Manuelino de Ferreira do Alentejo*, Ferreira do Alentejo, Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo, pp. 163-177.

BAIÔA, Manuel (1997), “Elites políticas locais face ao «28 de Maio». O caso de Portalegre”, *IBN MÁRWAM*, n.º 7, pp. 205-217.

BAIÔA, Manuel (2000), *Elites Políticas em Évora da I República à Ditadura Militar (1925-1926)*, Lisboa, Edições Cosmos.

BAIÔA, Manuel (2014), “A Primeira República Portuguesa (1910-1926): partidos e sistema político”, *ARBOR, Ciencia, Pensamiento y Cultura*, vol. 190, n.º 766, marzo-abril, pp. 1-14.

BAIÔA, Manuel (2015), *O Partido Republicano Nacionalista 1923-1935. «Uma República para Todos os Portugueses»*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

BAIÔA, Manuel (2020), “As eleições legislativas de 1925 no Alentejo”, *Polis*, n.º 2, II série, pp. 9-29.

BAIÔA, Manuel (2021), “As eleições legislativas de 1922 no Alentejo”, *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, Imprensa da Universidade de Coimbra, (no prelo).

BERNARDO, Maria Ana Rodrigues (2013), *Sociedade e Elites no Concelho de Évora. Permanência e Mudança (1890-1930)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e FCT.

Manuel Baiôa – *As eleições legislativas de 1921 no Alentejo*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 173-201. DOI: https://10.21747/0871164X/hist11_1a9

CORREIA, Margarida Sérvulo (2013), *O Caso de Barbacena: um Pároco de Aldeia entre a Monarquia e a República*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa.

CORREIA, José António de Oliveira (2016), *A Santa Casa da Misericórdia de Moura, 1502-2014*, Moura, Câmara Municipal de Moura.

CRUZ, Maria Antonieta (2007), “Eleições no Porto e em Gondomar: Da Monarquia para a República”, *História. Revista da Faculdade de Letras*, vol. 8, pp. 459-479.

FAUSTINO, Carla Sofia Ângelo (1997), *A Elite Política de Arraiolos, 1890-1918*, Tese de Mestrado, Lisboa, ISCTE.

FINHA, José Francisco Rodrigues (2010), *Moura – O advento da República, factos e figuras*, Moura, Câmara Municipal de Moura.

GUIMARÃES, Paulo Eduardo (2001), *Indústria e conflito no meio rural: os mineiros alentejanos (1858-1938)*, Lisboa, Edições Colibri e CIDEHUS-UE.

GUIMARÃES, Paulo Eduardo (2006), *Elites e Indústria no Alentejo (1890-1960). Um estudo sobre o comportamento económico de grupos de elite em contexto regional no Portugal contemporâneo*, Lisboa, Edições Colibri e CIDEHUS-UE.

LEAL, Ernesto Castro (2008), *Partidos e Programas. O Campo Partidário Republicano Português (1910-1926)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.

LEAL, Pedro Manuel Figueiredo (2014), *Domingos Leite Pereira. Intervenção política e acção governativa durante a Primeira República*, Tese de Mestrado, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

LOPES, Fernando Farelo (1994), *Poder Político e Caciquismo na 1.ª República Portuguesa*, Lisboa, Editorial Estampa.

LOPES, Fernando Farelo (2011), “Direito de voto, regime de escrutínio e “eleições feitas” na I República Portuguesa” in André Freire (Coord.), *Eleições e Sistemas Eleitorais no Século XX Português*, Lisboa, Edições Colibri, pp. 101-123.

LOPES, Fernando Farelo (2013), “Eleições” in Maria Fernanda Rollo (coord. geral), *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, vol. I, Lisboa, Assembleia da República, pp. 1092-1099.

MARQUES, A. H. de Oliveira (1978), *História da 1.ª República Portuguesa: As Estruturas de Base*, Lisboa, Iniciativas Editoriais.

Manuel Baiôa – *As eleições legislativas de 1921 no Alentejo*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 173-201. DOI: https://10.21747/0871164X/hist11_1a9

MARQUES, A. H. de Oliveira (1980), *A Primeira República Portuguesa (Alguns aspectos estruturais)*, 3.ª ed., Lisboa, Livros Horizonte.

MATOS, Ana Cardoso de; BERNARDO, Maria Ana Bernardo; RODRIGUES, Paulo Simões (2010), *Évora. Roteiros Republicanos*, Matosinhos, Quidnovi.

MENEZES, Luís Manuel (1992), *As eleições legislativas de 1921 e 1925 no arquipélago dos Açores*, s.l., Secretaria Regional da Educação e Cultura.

PEREIRA, Miriam Halpern (2014), “A 1ª República e o sufrágio em Portugal: o debate de 1911 em perspectiva diacrónica”, *Historia Constitucional*, n.º 15, pp. 509-527.

PIÇARRA, Constantino (2010), *Beja republicana: 1910-1926*, Loulé, 100 Luz.

PIÇARRA, Constantino; MATEUS, Rui (2010), *Beja. Roteiros Republicanos*, Matosinhos, Quidnovi.

PIÇARRA, Constantino; PINTO, Ana Catarina (2010), *A Primeira República no Baixo Alentejo*, Almodôvar, Câmara Municipal.

QUEIRÓS, António José (2003), “As eleições legislativas de 1925 no concelho de Amarante”, *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património*, vol. 2, pp. 95-105.

QUEIRÓS, António José (2008), *A Esquerda Democrática e o Final da Primeira República*, Lisboa, Livros Horizonte.

QUEIROZ, António José (2010), “As eleições legislativas de 1925”, *História, Revista da Faculdade de Letras*, vol. 11, pp. 63-94.

QUEIROZ, António José (2015), “As eleições legislativas em Vila Nova de Famalicão”, *Boletim Cultural*, n.º 8/9, pp. 121-137.

QUEIROZ, Vasco de Barros (1985), *A República de 5 de Outubro de 1910 a Maio de 1926 e a acção política de Thomé José de Barros Queiroz. Episódios da vida do político Thomé José de Barros Queiroz*, Lisboa, Eva.

SEQUEIRA, Carla (2014), *Antão Fernandes de Carvalho e a República no Douro*, Porto, CITCEM.

SERRA, João B. (1987), “Elites locais e competição eleitoral em 1911”, *Análise Social*, n.º 95, pp. 59-95.

SILVA, Armando Malheiro da (2006), *Sidónio e Sidonismo*, 2 vol., Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.

Manuel Baiôa – *As eleições legislativas de 1921 no Alentejo*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 173-201. DOI: https://10.21747/0871164X/hist11_1a9

SILVA, João Manuel Gonçalves da (1996), *O Partido Reconstituente: Clientelismo, faccionalismo e a descredibilização dos partidos políticos durante a Primeira República (1920-1923)*, Tese de Mestrado. Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

SILVA, João Manuel Garcia Salazar Gonçalves da (1997), “O Clientelismo partidário durante a I República: o caso do Partido reconstituente (1920-1923)”, *Análise Social*, n.º 140, pp. 31-74.

TRINDADE, Carla da Purificação Caleiro Roberto (1997), *As Elites locais e as eleições do Concelho de Moura (1860-1910)*, Tese de Mestrado em Sociologia, Évora, Universidade de Évora.

VENTURA, António (2010), *Portalegre. Roteiros Republicanos*, Matosinhos, Quidnovi.